

# Sarney: Governo não é sectário com a reforma

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Senador José Sarney (Arena-MA), relator do projeto de reformas políticas no Congresso, afirmou ontem, no Palácio do Planalto, após audiência com o Presidente Ernesto Geisel, que aceitará emendas "que visem a melhorar a proposição, não abandonando, entretanto, a tese central da autodefesa da democracia, para não permitir a implantação do estado de anarquia". Segundo o senador arenista, "o Governo não tem nenhuma posição sectária a respeito do projeto, no sentido de não aceitar emendas ou contribuições para o seu aprimoramento".

O projeto — disse Sarney — é excelente, e representa um grande avanço. As reformas estão dentro do espírito de implantar o estado de direito no País, baseado em instituições democráticas fortes e duradouras. O Presidente Geisel, autor do projeto, assumiu sem dúvida uma posição de grande patriotismo para conseguir chegar a essa proposição.

Sarney disse ainda que as reformas políticas estão "muito além da expectativa que a Nação tinha criado a respeito da abertura política anunciada a 1º de dezembro pelo Presidente da República".

— O Presidente — prosseguiu o Senador — "continua com as mesmas motivações que o levaram à iniciativa de apresentar o projeto, consciente da necessi-

dade de encontrarmos imediatamente o leito do estado de direito.

As críticas ao projeto de reformas, segundo o senador arenista, "não invalidam os seus valores, porque toda mudança tem críticas, já que é impossível satisfazer a todos". Um exemplo disso, citou, é o artigo 16 da Constituição Francesa, que até hoje é discutido naquele país".

Para Sarney, críticas referentes ao prazo para a entrada em vigor das reformas "não representam uma questão de importância, porque está se discutindo apenas três meses a mais ou a menos".

Em relação ao Conselho Constitucional o Senador disse que a discussão sobre a sua composição "também é secundária, porque ele vai ser apenas um órgão de assessoramento do Presidente da República, sem nenhuma função de decisão".

O vice-líder da Arena disse que não há possibilidade de a emenda constitucional do Senador Franco Montoro (MDB-SP) ser incorporada ao projeto de reformas.

— Essa emenda não trata do princípio da eleição direta. Ela é apenas uma manobra de natureza partidária, política, visando anular as convenções da Arena, interferir no processo sucessório e estabelecer uma confrontação. Por isso, ela é inaceitável para nós do Governo, da Arena, e da própria Nação brasileira.